

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quêlse Crisóstomo da Silva

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eley Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Merlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Mauricio

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Mauricio Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Mauricio Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quêlse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 157.^a Sessão (Extraordinária) Realizada em 18 de Setembro de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Rosário Pitelli, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Roberto Soares e Basílio Zanusso.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Antônio Belinati — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicílio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Clavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quiesse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes — Wilson Brandão (29); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araújo — Igo Losso — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Paulo Poli — Xenofonte Villanueva (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 158-74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e o Ministério da Saúde, visando o Desenvolvimento do Programa de Controle do Câncer no Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 21 de fevereiro de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Ministério da Saúde, visando desenvolvimento do Programa de Controle do Câncer no Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Nelson Buffara — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER A PROPOSIÇÃO N.º 158-74

Mensagem Governamental n.º 38-74

1 — A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 38-74, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Convênio celebrado em 21 de fevereiro de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Ministério da Saúde, visando desenvolvimento do Programa de Controle do Câncer no Estado.

2 — No âmbito desta Comissão, ou seja, os aspectos de ordem legal ou constitucional, não vemos nenhuma objeção que se possa antepor, razão pela qual, nosso parecer é pela APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Nelson Buffara — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33-74

1 — A presente proposição, de autoria da douta Comissão de Constituição e Justiça, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 158-74, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópia do Convênio celebrado em 21 de fevereiro de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde e o Ministério da Saúde, visando desenvolvimento do Programa de Controle do Câncer no Estado.

2 — A simpatia de que a medida se faz credora, face ao seu profundo alcance de interesse público, leva-nos a acolher a presente proposição no âmbito desta Comissão de Finanças.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1974.

Quiesse Crisóstomo — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

MENSAGEM — 38-74

Curitiba, 27 de junho de 1974.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 21 de fevereiro de 1974, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Ne-

gócios da Saúde Pública e o Ministério da Saúde, visando desenvolvimento do Programa de Controle do Câncer no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado do Paraná para desenvolvimento de Programa de Controle do Câncer no Estado.

Aos vinte um (21) dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), de um lado o Ministério da Saúde, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado, Doutor Mário Machado de Lemos, e de outro lado, o Governo do Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Governador, Eng. Emílio Hoffmann Gomes, com a participação da Secretaria de Saúde do Estado, representada pelo Sr. Secretário, Doutor Ivan Beira Fontoura e da Campanha Nacional de Combate ao Câncer, representada pelo seu Superintendente, Doutor João Sampaio de Góes Jr., na forma do inciso XIX do art. 6.º do Decreto n.º 61.968, de 22 de dezembro de 1967, resolveram celebrar o presente convênio, mediante as condições estipuladas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I — Objeto — O presente convênio tem por objeto o desenvolvimento do Programa de Controle do Câncer no Estado do Paraná, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde, e com o Plano da Campanha Nacional de Combate ao Câncer, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República no PR n.º 7.771-73, em 6 de setembro de 1973, conforme despacho publicado no Diário Oficial de 10 de setembro de 1973, que objetiva a mobilização e coordenação de recursos humanos, técnicos, científicos e financeiros no País.

CLÁUSULA II — Convenções — Ficam convencionadas as seguintes designações abreviadas para as partes convenientes: "Ministério", para o Ministério da Saúde; "Governo", para o Governo do Estado do Paraná; "Secretaria", para a Secretaria de Saúde do Estado; "Divisão", para a Divisão Nacional de Câncer e de "Campanha", para a Campanha Nacional de Combate ao Câncer.

CLÁUSULA III — Documento Básico — As partes se comprometem a observar, para o êxito das finalidades deste convênio, o Documento Básico, elaborado pela Divisão, que fica fazendo parte integrante deste, e que estabelece objetivos, metas, organização e direção técnica, administrativa e financeira do Programa.

CLÁUSULA IV — Coordenação — A Coordenação de Atividades e acompanhamento da execução deste convênio serão confiados a um Núcleo Central, integrado por representantes do Ministério e do Governo.

Subcláusula Única — Poderão ser chamados a colaborar no desenvolvimento das tarefas cometidas ao Núcleo, representantes de entidades de comprovada idoneidade técnica e científica sediadas no Estado.

CLÁUSULA V — Obrigações do Governo — O Governo, através da Secretaria, se obriga a:

I — Obedecer as diretrizes, técnicas e operacionais, dos planos e programas nacionais traçados pela Divisão para o controle do câncer.

II — Proporcionar recursos financeiros e humanos, de contrapartida, para a execução dos objetivos deste Convênio, que deverão ser gradativamente atualizados, proporcionalmente ao incremento das atividades desenvolvidas.

III — Designar servidor dos seus Quadros para, juntamente com o representante do Ministério, integrar o Núcleo Central a que se refere a cláusula IV.

IV — Assegurar o funcionamento do Laboratório Central de Citologia e Anatomia Patológica e de um Banco de Dados e Registro do Câncer, observadas as normas técnicas emanadas da Divisão, provendo-lhes de espaço físico, equipamentos, material permanente e de consumo.

V — Aparelhar as unidades de saúde objetivando a colheita de material citológico nos respectivos Postos a fim de enviá-lo ao Laboratório Central.

VI — Proporcionar tratamento ambulatorial e hospitalar aos pacientes carentes de recursos em unidades especializadas da administração estadual, ou mediante convênio, com outras entidades, oficiais e particulares, obedecidas as diretrizes técnicas, administrativas e operacionais traçadas pelo Ministério, através da Divisão.

VII — Encaminhar anualmente à Campanha o programa estadual de controle do câncer e o relatório das atividades, bem como submeter à aprovação daquela os respectivos planos de aplicação dos recursos transferidos pela Campanha.

VIII — Encaminhar à Campanha, Plano de Aplicação dos recursos referidos na cláusula VI, item II, a ser elaborado em conjunto pelo Ministério e pela Secretaria.

IX — Aplicar os recursos financeiros repassados pela Campanha em estrita obediência às finalidades e quantitativos previstos nos Planos de Aplicação aprovados, e apresentar nos prazos fixados as respectivas comprovações de despesas.

CLÁUSULA VI — Obrigações do Ministério — O Ministério, através da Divisão se obriga a:

I — Emprestar permanente assistência técnica à Secretaria, a fim de assegurar o acompanhamento da execução do Programa.

II — Auxiliar financeiramente a Secretaria, de acordo com as suas disponibilidades orçamentárias, sendo que no exercício de 1974, à conta dos recursos originários da autorização mencionada na Cláusula I, com a importância de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) e, nos anos subsequentes, com quantias a serem fixadas nos planos de distribuição aprovados pelo Ministro da Saúde por proposta do Superintendente da Campanha.

III — Proporcionar, em caráter supletivo, à Secretaria, equipamentos, material permanente e de consumo, respeitada a legislação federal vigente, conforme relação anexa que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

Subcláusula Única — A alocação de recursos pelo Ministério da Saúde será proporcional aos casos de câncer diagnosticados, bem como aos índices demográficos do Estado.

CLÁUSULA VII — Movimentação de Recursos — Os recursos transferidos pelo Ministério da Saúde serão movimentados pela Secretaria, através de estabelecimentos oficiais de crédito, devendo os extratos de conta-corrente, evidenciando a movimentação respectiva, acompanhar as comprovações de despesas.

CLÁUSULA VIII — Vigência — O presente convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, e durará pelo prazo necessário à execução do Programa.

CLÁUSULA IX — Causas de Extinção — O presente convênio poderá ser resiliado por ato unilateral mediante aviso prévio com antecedência de cento e

oitenta (80) dias; declarado extinto pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexequível, resolvido por mútuo consenso, ou rescindido pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições.

CF. AUSULA X — Modificações — Poderá ainda este convênio sofrer modificações ou ser alterado, mediante Termo Aditivo em suas cláusulas não essenciais.

E, por estarem acordes, depois de lido, aceito e achado conforme, foi o presente convênio assinado pelas partes supramencionadas em presença das testemunhas abaixo, dele se extraindo cópias para sua publicação e execução.

Mário Machado de Lemos — Ministro da Saúde.

Emílio Hoffmann Gomes — Governador do Estado.

Ivan Beira Fontoura — Secretário de Saúde do Estado.

João Sampaio de Góes Júnior — Diretor da Divisão Nacional de Câncer e Superintendente da Campanha Nacional de Combate ao Câncer.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, convocando outra para amanhã, dia 19, quinta-feira, às 9,30 horas, com a

ORDEM DO DIA,

designada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 158.ª Sessão Ordinária Realizada em 18 de Setembro de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Rosário Pitelli, secretariada pelos Srs. Deputados Marciano Baraniuk e Lázaro Dumont.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Antônio Belinati — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldari — Ivo Kocha — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buflara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Quiesle Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (29); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Igo Losso — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Paulo Pol — e Xenofonte Villanueva (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Marciano Baraniuk, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei nrs. 161-73, 179-73 e 229-73.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Romano Zanlorenzi, ocorrido ontem na cidade de Campo Largo.

O extinto, membro de tradicional família daquela cidade, deixa viúva a Senhora Elvira Mocelin Zanlorenzi, e os seguintes filhos: Nilton Antônio, Nilson Aluizio, Nilda Terezinha e Nelson Domingos. Era também irmão do Senhor Carlos Zanlorenzi, atual Prefeito daquele Município.

O passamento do Senhor Romano Zanlorenzi consternou profundamente a sociedade campoiarguense, onde o mesmo exercia atividades no comércio, indústria e agricultura e que mercê de seu caráter íntegro, de sua honestidade e devotamento ao trabalho, tornou-se oredor da simpatia e da admiração de toda a coletividade de Campo Largo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1974.

(a) Nelson Buflara

Requerimento

Senhor Presidente.

Na forma em que dispõe o Regimento Interno e após ouvida a Casa, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, requer seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje voto de profundo pesar pelo passamento da jovem Maria do Rocio Pugliese, filha do Doutor Célio Pugliese e sua mulher dona Clarice Pugliese, ocorrido na cidade de Arapongas, em meados da semana próxima passada.

A falecida granjeou na sociedade araponguense, mercê de seus dotes pessoais, a simpatia e consideração de todos quantos privaram de sua amizade e companhia, sendo, por via de consequência, figura destacada não só daquela sociedade, como também dos meios universitários paranaenses, cujo lamentável fato consternou toda a população de Arapongas.

Em razão de sua irradiante graça, a desaparecida Maria do Rocio Pugliese foi, em 1972, eleita Rainha do Jubileu de Prata de Arapongas, o que bem demonstra a admiração e afeto que a sua sociedade lhe dispensava.

Requer-se, finalmente, que da manifestação desta Assembleia, seja dado conhecimento à família enlutada através de expediente próprio, o qual deverá ser enviado à cidade de Arapongas, aos cuidados da Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1974.

(a) Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja conferido um voto de Aplauso ao Doutor REINHOLD STEPHANES, digníssimo Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social — INPS, no Rio de Janeiro, pela recondução do Doutor SÉRGIO ROBERTO CORREA ALVES, à Superintendência do INPS, no Paraná.

JUSTIFICATIVA

A medida tomada pelo Doutor Reinhold Stephanes é realmente digna de cumprimentos tendo em vista a maneira brilhante e dinâmica com que sempre se houve o Doutor Sérgio Roberto Correa Alves, à frente do INPS, no Paraná, sendo mais do que justa e acertada a sua recondução a esse cargo.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1974.

(a) — Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja enviado um veemente apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja determinada a pronta conclusão da obra, pelo DER, da estrada que liga Umuarama ao Distrito de Cafezal, ou, na impossibilidade de uma conclusão imediata, seja liberado o tráfego nessa Rodovia, levando-se em conta o valor econômico que essa medida representará para o Estado do Paraná, uma vez que essa região, além de altamente produtora, é de grande interesse turístico para o Brasil.

JUSTIFICATIVAS:

Considerando que o trecho de estrada, em obras de asfaltamento, ligando o Distrito de Cafezal a Umuarama já se encontra com a base asfáltica implantada. Também o restante da estrada, de Guaiporã a Francisco Alves, está com a terraplanagem concluída, sendo que as chuvas estão acabando com a base da estrada pronta para o asfaltamento. Por outro lado, o DER, além de ter abandonado os serviços de conclusão da obra, ainda, injustificavelmente colocou várias barreiras no trajeto, impedindo a utilização do trecho mencionado. Acontece que, em virtude da precariedade da estrada antiga, que compreende o percurso Cafezal-Iporã, os condutores de veículos trafegam pela rodovia em construção a qual, pelas barreiras ali colocadas, vem ocasionando inúmeros e constantes acidentes, alguns mesmo até fatais.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1974.

(a) — Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e logo após ouvido o Plenário:

Formula apelo ao egrégio Tribunal Eleitoral do Estado, no sentido de que considere, dando acolhida, a reivindicação da Câmara Municipal de Cascavel, na fixação do número de Vereadores, consoante expediente em anexo

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1974.

(a) — Iris Caldari

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Senhor Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que aquela autoridade determine providências com a finalidade de ser colocado um transformador e respectivo equipamento na localidade de Anta Gordá, nas proximidades da casa comercial do Senhor Marciano Ilkiu, no Município de Porto Vitória.

Justifica-se o presente pedido, pelo fato de que tem sido, ultimamente, meta prioritária do Governo, proporcionar a população rural, melhores condições de vida e como aquela localidade possui mais de 20 casas residenciais, há necessidade da medida solicitada.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1974.

(a) — Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente assina, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário seja enviado pedido de informações ao Senhor Secretário de Educação e Cultura abaixo especificado:

- 1 — Quais as soluções havidas para a situação das Serventes da S.E.C.?
- 2 — Quantas Serventes foram nomeadas e tiveram suas situações regularizadas?
- 3 — Quais os vencimentos a serem pagos às referidas Serventes?

Justifica-se o presente Requerimento. Senhor Presidente, já que, no decorrer deste nosso mandato legislativo vimos sempre de perto acompanhando o problema das serventes que prestam serviço à Secretaria de Educação e Cultura.

Os inúmeros Requerimentos saídos deste Plenário e com nossa assinatura aí estão a provar o que afirmamos.

O que se sabe do assunto somente nos chega através dos jornais e com a aprovação deste teríamos a palavra oficial do Governo, através de seu Secretário de Educação.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1974.

(a) — Domício Scaramella

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 145-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica concedido ao Coronel Francisco de Paula Soares Netto, o título de "Cidadão Honorário do Paraná".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1974.

(a) — Luiz Roberto Soares

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Viandando uma disposição que sempre me animou, de não conceder nem patrocinar, projetos que conferem Cidadania Honorária, revejo agora a minha proposição para fazer justiça a um homem que por muitos anos prestou e continua prestando relevantes e inestimáveis serviços ao Estado do Paraná sem que, contudo, o Estado do Paraná tenha conferido reciprocidade ao tratamento que dele recebeu.

Quero referir-me ao Coronel Francisco de Paula Soares, que tantos anos teve intensa atividade política em nosso Estado, chegando a ser figura de proa em nosso cenário político administrativo.

Peço vênia para, rapidamente, discorrer sobre o seu curriculum que eu tomei o cuidado de abreviar. Pois a sua vida devidamente relatada e historizada, seria capaz de se constituir num volumoso livro no qual ficasse devidamente dimensionado o valor da sua personalidade.

(Lê): "Nascido em 4 de março de 1.901 na cidade do Rio Grande do Sul. Formou-se em Medicina pela Universidade Federal de Porto Alegre em 1.920. Em 1.921, mais ou menos até 1.925, desempenhou as suas atividades intelectuais como cientista especializado em Bacteriologia no Instituto de Mangueiras. Em 1.925, que antecedeu a fase conspiratória que culminou com a Revolução de 30, foi preso na cidade de Guarapuava, considerado então como conspirador contra o Governo oficial vigente no País.

Participou do levante do 13.º Batalhão de Caçadores de Porto União, liderando aquele movimento. Em 1931/32 fez intensa oposição ao Governo de Manoel Ribas.

Em 1.934 renunciou sua candidatura à Assembleia Nacional Constituinte. Foi eleito Deputado Federal em 34. E de 1.934 a 1.937 manteve o seu mandato como Deputado Federal do Paraná.

Retorna ao Paraná em 1.938 em razão da dissolução do Congresso pelo então Presidente Getúlio Vargas. Em 1.938 é um dos fundadores da Faculdade de Filosofia do Paraná, sendo nesta Faculdade, Professor de História Universal.

Fez um prolongado hiato político devido a ditadura, sendo durante este período um dos maiores animadores da vida esportiva paranaense. Com a redemocratização do País, funda, em 1.947, a União Democrática Nacional, sendo o seu 1.º Secretário Geral.

Em 1.947 foi Secretário da Fazenda do Governo de Moysés Lupion. Em 1.948/49, foi Secretário da Universidade do Paraná, membro do Conselho Universitário, com participação intensa e decisiva no processo de federalização de nossa Universidade.

Em 1.950, candidatou-se a Deputado Federal.

De 1.951 a 1.952, foi Presidente do Banco do Estado do Paraná no Governo Munhoz da Rocha.

1.953 — Diretor do I.B.C.

1.954 — Secretário da Fazenda do Governo Munhoz da Rocha e Presidente da Junta Administrativa do I.B.C.

1.955-56 — Presidente do Banco do Estado do Paraná, no Governo Oliveira Franco. Neste mesmo ano é reformado no Exército Nacional, como Tenente Coronel Médico.

1.956 — Retorna às suas atividades partidárias, sendo Presidente da U.D.N.

1.959 — Candidato ao Senado Federal, sendo derrotado.

1.960 — Delegado do Governo do Paraná na Junta Administrativa do I.B.C.

1.961 — Presidente da Junta Administrativa do I.B.C., cargo que ainda ocupa ininterruptamente, sendo várias vezes delegado do Governo brasileiro às reuniões da Organização Internacional do Café.

1.966 — Título de Professor Emérito da Universidade Federal do Paraná, Cidadão Honorário de Curitiba e de Cornélio Procopio, ostentando ainda o título de "Cidadão do Café".

É casado com Dna. Aúrea Paula Soares, com quem teve 11 filhos e 40 netos decorrentes deste casamento.

Esta pequena introdução biográfica do Cel. Francisco de Paula Soares, é suficiente para dimensionar a grande figura humana que sempre foi, razão pela qual me parece perfeitamente legítimo que se proponha nesta Casa o título de "Cidadão Honorário do Paraná" a este eminente homem público.

Tenho a certeza de que os Deputados acompanharão esta proposição, fazendo assim justiça e reparando a grave omissão de não lhe ter sido ainda conferida qualquer honraria capaz de pagar, ainda que pouco, tudo aquilo que fez pelo Paraná, como também por todos os Estados produtores de Café porque a sua figura é reconhecida nacionalmente como a de um intransigente defensor da economia cafeeira do Brasil.

Era só.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 22 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda de autoria do Sr. Deputado Emilio Carazzai, ao Projeto de Lei n.º 115-74 do seguinte teor: (Lê):

"EMENDA

AO PROJETO DE LEI N.º 115-74

SUBSTITUA-SE, no artigo 5.º, a expressão "... trinta e duas e meia horas..." por "... vinte e duas horas..."

Em, de setembro de 1974

(a) EMÍLIO CARAZZAI

JUSTIFICATIVA: Ao apresentar o Projeto de Lei que se pretende modificar, a intenção depreendida foi a de igualar os orientadores educacionais aos demais funcionários públicos, embora ao rigor da Lei, nem estes cumpram

carga horária tão dilatada, pois com a suspensão de expediente aos sábados passaram os funcionários estatutários a cumprir horário de 30 horas.

O exercício da função de orientador educacional, por seu turno, requer atenção redobrada no trato dos desajustes de alunos de nossos diversos estabelecimentos, requerendo responsabilidade maior na solução de seus problemas.

Na maioria das vezes, esses profissionais necessitam estender em bibliotecas e laboratórios, seus conhecimentos para a complementação de seu trabalho.

Desta forma, nada mais justo de que a diminuição da jornada de trabalho destes servidores, no que estaria sendo propiciada melhores condições para a realização de suas atividades".

O SR. PRESIDENTE — A Emenda necessita de apoio.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está na Ordem do Dia, uma Mensagem encaminhada por S. Exa. o Sr. Governador do Estado, Projeto de Lei n.º 115-74, e encontra-se agora, sobre a Mesa, uma Emenda ao Projeto. Trata-se de um Projeto estudado pela Assessoria, inclusive pela Secretaria de Educação e Cultura e, por esse motivo, solicito aos nobres Pares que neguem apoio à emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que apoiam a Emenda, queiram levantar-se — Negado apoio.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 264-73, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense — AMUNPAR, com sede e foro na cidade de Paranavai. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 108-74, que aprova Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, visando prorrogar por 120 (cento e vinte) dias o prazo da Cláusula 6.a do Convênio celebrado em 13-11-72, entre as mesmas partes. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47-74, de autoria do Dep. Antônio F. F. da Costa, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Operária Beneficente Lindóia, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64-74, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n.º 6.531, de 22 de abril de 1974. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 91-74, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Religiosa Seicho-No-Ie do Brasil", com sede e foro na Capital do Estado de São Paulo. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 27-74, que dispõe sobre a abertura de um crédito no valor de Cr\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos cruzeiros), para atender despesas com o Pessoal Temporário da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 72-74, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Professores do Instituto de Recuperação de Surdos Mudos do Paraná", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 32-74, que abre crédito especial no valor de Cr\$ 568.000,00 (quinhentos e sessenta e oito mil cruzeiros), para despesas com auxílio à FIDES — FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL, da Secretaria do Trabalho e Assistência Social. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 115-74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 43-74, que objetiva criar os cargos que especifica no Quadro Próprio do Magistério da Secretaria da Educação e Cultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, pelo que me parece não há quorum para a votação da matéria. Pediria a V. Exa. que procedesse a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo a solicitação do Sr. Deputado Erondy Silvério, a Mesa vai proceder a verificação de votação.

(F. feita a verificação)

6 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam. — Não há quorum para votação nem para prosseguimento da Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para amanhã, dia 19, quinta-feira, às 10,00 horas, com a ORDEM DO DIA, designada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.